

GANNAM, Sônia Turfi. Determinantes da ação educativa dos professores leigos na escola rural de uma realidade em transformação. Belo Horizonte, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, 1985. tese (mestrado)

A presente pesquisa de campo descreve e analisa dados relacionados às "condições escolares e extra-escolares que determinam o trabalho educativo levado a efeito pelos professores leigos nas escolas rurais do município" mineiro de Capelinha. "Para tanto, foram considerados três tipos de interesses em relação à escola rural: os interesses das populações a que ela atende, os interesses dos seus professores e os interesses das autoridades educacionais e políticas".

O professor leigo, assim considerado aquele sem qualificação ou sem formação profissional específica, constitui o principal objeto de estudo da autora, notadamente a "professora rural leiga do município analisado". Partindo do pressuposto de que "os condicionantes de atuação educativa da professora rural leiga precisam ser considerados como parte do complexo quadro geral da realidade concreta, sobretudo no que se refere a suas características de base econômica", a autora procedeu a uma descrição sócio-econômico-geográfica do município de Capelinha.

Comunidade essencialmente rural, baseada nas relações de produção de tipo capitalista, o município vem experimentando mudanças na sua base econômica, principalmente com a introdução de culturas como o café e o desenvolvimento de programas de reflorestamento, que iniciaram um grave processo de expropriação dos pequenos produtores da região.

Da mesma maneira, a composição da força de trabalho rural no município foi profundamente modificada a partir do desenvolvimento da cafeicultura e do eucalipto, sendo o trabalho familiar, utilizado na lavoura

de subsistência, substituído pelo trabalho assalariado. Trabalho este aviltado e que concorre, segundo a autora, para impor, principalmente com relação à força feminina, baixas aspirações salariais, facilitando sua exploração pelo Estado, através do poder municipal.

Nota-se ainda, portanto, a presença do clientelismo e a manipulação política das professoras.

Por outro lado, a atuação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais contribui para o reconhecimento do grupo de professoras rurais leigas como categoria profissional.

Além disso, as mudanças verificadas na base econômica do município possibilitaram a instalação de diversos organismos estatais e mesmo privados (tais como a Emater) que influenciam o processo de conhecimento e a visão de mundo dos trabalhadores rurais. Torna-se necessária então, segundo a autora, uma instrumentalização que permita ao trabalhador rural "uma adaptação defensiva às novas condições de vida e de trabalho. E essa instrumentalização terá de ser obtida através dos professores leigos, os únicos agentes locais de transmissão desse saber escolarizado".

Concretiza-se, portanto, segundo a autora, na pessoa dos professores rurais leigos, "uma mediação que se manifesta de maneira contraditória": se por um lado esses professores atuam como agentes educativos institucionalizados oficialmente pelo Estado, também trazem em si características que os configuram como mediadores para as populações a que servem, participando "diretamente dos problemas gerais da comunidade e compartilhando os mesmos interesses das famílias de seus alunos".

Constata-se, muitas vezes, que os interesses da comunidade acabam privilegiados em detrimento da burocracia oficial.

Esses professores "sintetizam dentro de si a totalidade das relações sociais que presumem sua realidade".

Assim, o trabalho educativo dos professores leigos de Capelinha, como de resto no conjunto das escolas rurais do País, subordina-se à interação de vários condicionantes, desde a falta de recursos materiais para a escola, falta de habilitação específica para o exercício do magistério, até as formas de exploração do trabalho rural pelo capital e sua própria exploração e manipulação pelo Estado.

Dentro deste contexto, a autora propõe uma revisão cuidadosa dos atuais programas e métodos de ensino, de modo a adequá-los à realidade do meio rural. Os próprios depoimentos tomados pela autora junto ao público-alvo da presente pesquisa revelam a preocupação com um ensino que diga respeito a seu dia-a-dia, a sua realidade, para que possa "aprender convivendo com as coisas dele".

Essa postura não pressupõe, segundo a autora, uma oposição entre o **saber popular rural** e o saber veiculado pela escola. Não se trata de negar totalmente o ensino da escola, mas de incorporar a ele certos elementos do conhecimento popular que facilitem ao aluno e ao professor o acesso a informações que constituam "importante instrumental para uma

adaptação defensiva às situações concretas de vida que ele tem de enfrentar".

Porém, ao sugerir-se o desenvolvimento de programas de ensino especiais para o meio rural, há que se evitar, de acordo com a autora, a contraposição meio rural/meio urbano. Na verdade, a clientela das escolas rurais constitui uma classe trabalhadora subordinada aos interesses do sistema, aproximando-se, desta maneira, dos trabalhadores ditos "urbanos".

Os programas especiais precisam, antes de mais nada, levar em conta este aspecto, embora não devam desprezar as especificidades da concepção de mundo dos alunos do meio rural.

Mais importante que tudo, segundo a autora, é a participação dos professores rurais leigos na elaboração dos programas de ensino. Pelo conhecimento que têm das características específicas dos alunos como membros integrantes das comunidades rurais em que atuam, e a experiência didática vivida em meio a limitações que incluem a própria limitação de não possuírem formação técnica para o exercício do magistério, deveria ser-lhes assegurada "a interferência efetiva nos projetos educacionais para a escola rural".